

Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora no sul de Mato Grosso: em relevo a educação de moças em Campo Grande (1946-1961)

Fernanda Ros Ortiz Pasa
Adriana Espindola Brites

Resumo: Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa na qual o objetivo foi perscrutar as práticas escolares, culturais e sociais empreendidas pela Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, no período de 1946 a 1961, que contribuíram para criar disposições de classe e de gênero nas estudantes. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, sul de Mato Grosso, era o único colégio privado que oferecia o Ensino Normal, isto é, uma educação católica oferecida somente ao público feminino. Compreendemos que eram privilegiados na Escola Normal estudos para além da preparação para o magistério. Havia uma formação intelectual aliada à formação moral e religiosa, as quais possibilitaram aproximações das alunas às marcas de distinção no contexto da sociedade campo-grandense.

Palavras-chave: Escola Normal; práticas escolares; normalistas.

Primeiras considerações

Todos os elementos que fazem parte de cada escola e representam, simbolicamente, suas crenças, proposta pedagógica, conservam memórias, tradições e demonstram que tipo de sujeitos pretende formar naquele espaço educativo, isto é, formam a cultura escolar, a seleção de fatores organizacionais e de processos sociais apropriados, reorganizados e reinterpretados. Nesse sentido, as práticas escolares constituem-se na materialização de elementos culturais no espaço e no tempo.

Em face dessas considerações, focalizamos o período de 1946 a 1961 para investigar as práticas escolares, culturais e sociais, relacionadas à educação de moças de um colégio privado confessional, que oferecia Ensino Normal ao gênero feminino, em regime de internato ou externato, em Campo Grande no sul de Mato Grosso.

Privilegiamos, entre outras fontes, a obra de Penteadó (1996) utilizada ora como fonte primária, ora secundária. Trata-se de um trabalho que vai ao encontro da pesquisa por reunir elementos históricos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e depoimentos de egressas do Colégio, organizados ou escritos pela antropóloga Yara Penteadó, a respeito dos setenta anos completados pelo Colégio em 1996.

Tendo em vista essa adoção, o percurso metodológico empreendido iniciou pela leitura da bibliografia, em seguida, os acessos aos documentos escolares presentes nos arquivos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, os quais foram fotografados e, posteriormente, extraídas as informações pertinentes para análise. Entre correspondências, estrutura curricular, cópias de estatutos, iconografia, entre outros, mais de 1200 imagens desses arquivos foram coletadas e serviram de base para o estabelecimento de um diálogo com as fontes bibliográficas, pistas para busca na legislação referente ao período e discussão teórica a respeito do objeto.

Assim, perscrutamos como as frações mais altas das classes médias e das elites, ao longo do tempo, produzem e reproduzem, via escolarização, sua posição e a potencialidade de ampliação dos capitais, por meio de inserção num espaço educativo peculiar – qual seja, uma escola na qual o Ensino Normal era oferecido somente às mulheres -, o que era uma realidade de várias instituições em meados do século XX.

Entendemos que as classes sociais são constituídas mediante o trânsito entre os capitais, em especial o econômico (financeiro), o cultural (educação e outros componentes), o social (relações) e o simbólico (representação positiva perante a sociedade, prestígio, reputação) em relação com os campos (social, literário, musical, político, etc.). (BOURDIEU, 2008).

Por conseguinte, quando afirmamos serem as frações mais altas das classes médias e elites, pressupõem-se agentes que detêm capitais que dão visibilidade social e condições de desfrutarem de um tipo privilegiado de educação. Sem deixar de considerar que as dimensões material e simbólica articulam-se incessantemente, assim não se pode cair no determinismo econômico por vezes usual para explicar o movimento das classes sociais.

A questão norteadora da referida pesquisa foi: como a educação secundária no Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no período de 1946 a 1961, desenvolveu práticas escolares, culturais e sociais que contribuíram para criar disposições favoráveis ao *habitus* das classes privilegiadas e de gênero nas normalistas?

Para respondê-la, o artigo está organizado por: 1) Notas da trajetória do Colégio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora; 2) Marcas de distinção e de gênero nas Práticas da Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Por último, destacam-se as notas finais.

Notas da trajetória do Colégio e da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora

Esse tópico trata da história da fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Campo Grande, sul de Mato Grosso e a emergência da Escola Normal em estudo, e a relação com a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado em 22 de fevereiro de 1926 pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, em prédio alugado, na cidade de Campo Grande, então sul de Mato Grosso. Destaca-se, por meio de crônicas escritas na ocasião, que em fevereiro de 1926, na solenidade de instalação da obra, houve ampla divulgação no jornal local, bem como a presença de pessoas da “[...] alta classe social campo-grandense.” (PENTEADO, 1996, p. 31). Desde a fundação, era notório o prestígio que mantinham perante a sociedade. “[...] o que se esperava de uma moça ‘bem nascida’ [...].” (PENTEADO, 1996, p. 93).

Azzi (2003) destaca que, até fins da década de 1950, a presença da Igreja na área educativa contribuiu para sustentar o sistema social e as elites. Nesse sentido, a fundação e expansão de um grande número de estabelecimentos de ensino católicos femininos no País deram-se de maneira mais acentuada nos primórdios do século XX, entre os quais esteve o referido Colégio na cidade de Campo Grande, fruto do trabalho da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, ala feminina dos Salesianos que atuava em diferentes obras, tanto na área da saúde e caridade quanto na área educacional. (AZZI, 2003).

Paralelo a isso, a criação de escolas na cidade foi fruto do desenvolvimento do capitalismo em nível nacional e ao crescimento do município. Esse crescimento esteve ligado ao advento da ferrovia, em 1914, por facilitar o desenvolvimento da pecuária e do comércio, bases da economia da região. (ARAÚJO, 1997).

Além da atração de imigrantes, a possibilidade de desenvolvimento em todos os setores significou o abrigo de escolas públicas e privadas, o que transformou Campo Grande num dos pólos educacionais regionais. Fica evidente, desde a fundação, o prestígio com que era representado o Colégio pela sociedade o que, de acordo com Bourdieu (2011), relaciona-se às classificações sociais dos agentes e exhibe, por meio de suas práticas e propriedades, parte da realidade social daqueles que a expressam.

O curso de formação de professores do Colégio teve início em 1930, com a “Escola Normal Dom Bosco”, equiparado às Escolas Normais do estado pelo Decreto n. 96, de

10/09/1931. Era a única instituição formadora do professorado em regime privado e fora na mesma época de fundação da pública “Escola Normal Joaquim Murtinho”. Em 1941, após dez anos de funcionamento, foram fechadas as escolas normais implantadas no sul do estado.

A “Escola Normal Dom Bosco” foi reaberta, com outra denominação, diante da aprovação do Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal), e passou a funcionar como “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”, curso de segundo ciclo, com três anos de duração, autorizado pelo Decreto n. 227 de 06/02/1946 e publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 29/04/1946. Por meio deste, foi oficializada a reabertura, mantendo-a como única escola Normal particular na cidade de Campo Grande.

Em linhas gerais, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era representado pela sociedade como referência em formação feminina na cidade em todos os segmentos, vistas as peculiaridades dos ensinamentos “adequados” às moças “bem nascidas”. É notório, na literatura consultada (PENTEADO, 1996; BANDUCCI; ALBERTINI; MONTEIRO, 2006) a pertença de classe de uma parcela das moças que frequentavam a escola, pois na sua maioria eram oriundas de frações de classes sociais mais privilegiadas da sociedade campo-grandense.

Importa destacar, conforme registram Bittar e Ferreira Jr. (1999), o valor que tinham as Escolas Normais, apelidadas de “ginásios para moças”, para as jovens das classes mais abastadas que desejavam seguir os estudos em meados do século XX. “Nessa época em que o destino das moças era a Escola Normal, ser uma normalista equivalia a ter conquistado um alto grau de escolaridade, restrito a poucos.” (BITTAR; FERREIRA JR., 1999, p. 174).

Em face dessas características da formação oferecida pela Escola Normal confessional, os quais indicam uma série de fatores peculiares a essa realidade, expressos inclusive em seus referidos projetos, buscaremos, no próximo tópico, escrutinar as práticas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora.

Marcas de distinção e de gênero nas práticas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora

No presente tópico, apresentamos dados das práticas escolares, culturais e sociais, veiculadas pela Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, cujas marcas de distinção

ajudam a compor a ideia de uma formação de prestígio. Tais elementos auxiliam na compreensão de que havia um grupo seletivo com disposições estruturadas e estruturantes de desfrutarem desses saberes, atitudes e atividades, a fim de favorecer a formação de um *habitus* feminino socialmente valorizado naquele período.

Entendemos que as práticas são resultado das relações entre o *habitus*, o campo em que se inserem e os capitais em trânsito. Por meio de práticas e bens, os agentes demonstram a posição social que ocupam, pois elas relacionam-se ao *habitus* e imprimem significado ao modo distinto de ser e fazer. (BOURDIEU, 2008).

De acordo com Apple (2009), as maneiras pelas quais os grupos se expressam culturalmente numa dada época e instituição são forma e conteúdo do currículo. Para compreender como se deu essas diferenças quanto ao currículo das Escolas Normais oficiais e o da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, sem a pretensão de realizar um estudo comparativo, buscamos as diferenças entre as disciplinas que estavam previstas na Lei Orgânica (BRASIL, Decreto-lei n. 8.530/1946), portanto, presentes nas Escolas Normais oficiais do estado e a composição curricular da católica.

Na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, além das disciplinas previstas pela Lei, havia o acréscimo das disciplinas Francês e Inglês, previstas nos programas e reafirmadas em documentos escritos pelas Irmãs, como ocorre no extrato dos Estatutos do Colégio, de 17 de janeiro de 1950, quando o curso era intensivo (dois anos de duração). Nos quadros de horários de aulas, aparecem também aulas de Religião e de Civilidade.

Quando o curso passou a durar três anos, após o Decreto n. 742 de 14 de novembro de 1959, para as Escolas Normais oficiais, foi previsto um determinado rol de disciplinas para o curso de segundo ciclo com três séries. Por meio do Decreto do Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, após a Lei Orgânica do Ensino Normal, instituiu-se a composição curricular das Escolas Normais Pedro Celestino (Cuiabá) e Joaquim Murtinho (Campo Grande) de forma que houve disparidades quanto ao currículo da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora. Em relação ao currículo previsto pela Lei, houve na Auxiliadora o acréscimo de dois anos de aulas de Português (2º e 3º) e de Matemática (2º e 3º), e um ano de Sociologia (2º) nesse período.

O estudo das línguas estrangeiras e das humanidades tinha lugar cativo no currículo da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, mas de maneira específica. As práticas que destacamos pela ligação com a noção de humanidades têm em vista as disputas em torno

do currículo da escola secundária e seus efeitos legislativos ocorridos naquele período (SOUZA, 2009; 2012) e a idiossincrasia do Colégio, de raízes católicas, vínculo inegável com a cultura clássica.

Diante disso, realizamos outro parâmetro de comparação entre as disciplinas oferecidas no Colégio e o que estava previsto na Lei Orgânica do Ensino Normal. Focalizamos o período de curso intensivo no Colégio, estendido de 1948 até 1958. Para tanto, foram consultados: Registros de Diplomas – Curso Normal (1933-1958) e Atas de solenidade de colação de grau – diplomas expedidos (1953; 1955; 1956; 1958).

As diferenças no currículo proposto pela Lei e pelo Colégio, no período em que era oferecido o curso intensivo de dois anos, expressam-se formalmente nas disciplinas literárias, como é o caso do Francês na primeira série, e do Português, Francês e Inglês na segunda série, disciplinas que não estavam previstas na Lei Orgânica (BRASIL, 1946), mas constavam no currículo do curso Normal da Escola católica, conforme supramencionado. Tais diferenças expressam indícios de que o currículo do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora privilegiava, de alguma forma, disciplinas relacionadas às humanidades e à cultura clássica, ainda que não estivessem previstas na lei que regulamentava nacionalmente o ensino.

A ênfase no ensino das línguas, diferente do que era prescrito pela Lei Orgânica, representa a intenção de conferir às alunas daquele grupo traço de distinção em relação aos outros tipos de formação. No documento “Pontos para a primeira prova parcial” (1949), nota-se a importância que as disciplinas de línguas tinham para esse ensino, de maneira que as alunas eram constantemente cobradas a conhecerem os conteúdos em seus mais diversos aspectos, com fixação em composições e traduções, como nas disciplinas de Francês e de Inglês, destacadas como parte do ensino “clássico” em Chervel e Compère (1999).

Nas narrativas colhidas por Penteado (1996), as ex-alunas retratam a importância dada pelo Colégio aos eventos de que participaram e o incentivo à literatura por meio deles. O trabalho desenvolvido pelo Grêmio Literário do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora sinaliza o constante contato que as alunas mantinham com obras literárias e outras tipologias textuais. Conforme explicita o documento “Atas e Relatórios do Grêmio Literário do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora”, a finalidade do grêmio era “[...]”

incentivar o estudo das nossas letras.” (COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora, Livro Atas e relatórios do Grêmio Literário, 1950, p. 32).

Com frequência ocorriam solenidades em que as alunas participavam em declamações e apresentações ao público, inclusive como forma de aprender a se portar e dominar a oratória. O trabalho do Grêmio contribuía para envolver as alunas em apresentações ancoradas em composições literárias: “[...] recitais de piano, canto e poesia e, finalmente, o teatro, a representação de um drama ou uma opereta, que deleitava o público, que lotava o auditório.” (PENTEADO, 1996, p. 124-125).

Na realidade do Colégio em estudo, compreendemos que houve a incorporação de conteúdos científicos, como é o caso da presença da Matemática e da Biologia, também em decorrência da orientação legal, pois não se podia perder de vista que as diplomadas deveriam estar aptas para o magistério. Contudo, é expressiva a ênfase que era dada nas práticas da Escola aos ensinamentos literários e artísticos, ornamentos culturais, desinteressados, que ajudavam a moldar aquele grupo distintivo.

Se o Grêmio era uma forma de aproximar as alunas das letras, a revista *Ecos Juvenis* divulgava as ações do Centro Literário e apresentava diferentes textos escritos pelas alunas, poesias, pensamentos, lembranças e impressões, o que se considera um dos componentes da formação humanística incentivada pela Escola. Havia “[...] seções educativas como as ‘Lições de Português’, discursos, peças de teatro, poemas, poesias e anedotas escritas pelas educandas.” (TRUBILIANO; MARTINS, 2010, p. 9). Para Penteado (1996, p. 55), “O incentivo à criatividade literária era um exercício contínuo.”. Muitas composições escritas pelas alunas e publicadas na Revista *Ecos Juvenis* tinham conotação religiosa. A formação cultural estava intimamente ligada à instrução religiosa e moral, importantes componentes da proposta deste Colégio e de outras tantas instituições católicas.

A concepção de que a educação feminina estaria atrelada aos papéis de mãe e esposa é ressaltada, o que poderia ser corroborado nas formações escolares. Nesse sentido, se era socialmente relevante que a mulher obtivesse uma “formação”, e que esta estivesse atrelada aos referidos pontos de vista, os conhecimentos deveriam ter, por um lado, componentes da educação profissional que se propunha e, por outro, aspectos de como ser boa dona de casa e boa mãe. Conforme é possível observar nos Programas e nos Pontos para as Provas, o Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora estava em

consonância a esses aspectos, pois destinava um espaço valioso para as temáticas da maternidade e do matrimônio.

Na disciplina de Desenho e Artes Aplicadas, embora fosse exigência prevista na Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), no Colégio esta apresentava peculiaridades que a caracterizavam como contributiva da formação de boas esposas e mães. Ao lado das aulas de Trabalhos Manuais, oferecidas nessa disciplina, e dos cursos noturnos de Corte, Costura, Bordado, Tricô e Crochê, compunha o rol de saberes da esperada mulher dócil e meiga, a qual poderia confeccionar seu próprio enxoval, segundo os relatos. “[...] no fundo mesmo, a gente começava era o futuro enxoval da noiva.” (PENTEADO, 1996, p. 113).

Eram signos de uma educação socialmente aceita e almejada para as mulheres em que era necessário ensinar o que pudesse contribuir para sua futura condição de esposa e mãe. Destaca-se a importância que as famílias ofereciam ao tão almejado “bom” matrimônio. Explica o autor que: “Na formação da sociedade burguesa, a contribuição mais expressiva foi dada pelos colégios de padres e freiras. [...] as jovens eram destinadas a serem as futuras rainhas do lar.” (AZZI, 2008, p. 162).

Compreendemos que destinar a filha ao casamento tinha a ver com a reprodução social daquele grupo. Era uma forma de garantir o que se esperava ser “o melhor”. Em Bourdieu (2008), a família representa a reprodução da ordem e contribui para que sejam mantidos ou criados privilégios de prestígio social, pois é ela “[...] a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Esse é o círculo de reprodução da ordem social.” (BOURDIEU, 2008, p. 128).

Uma educação distinta para moças que se estendia aos contatos que obtinham, o que supostamente levaria a alianças matrimoniais. Ficava evidente a expectativa que tinham as famílias: aspiravam por um bom casamento para as filhas e estas recebiam a ornamentação cultural necessária para se tornar um “bom partido”. Afinal, os aspectos que configuram como destinada a uma clientela de classes privilegiadas também têm a ver com o espaço de convívio social entre as alunas, pois esse contato oportuniza relações que podem perdurar e auxiliar na mobilização de capitais nos mais diferentes campos, e mesmo contribuir para a manutenção ou elevação de sua condição social, inclusive para o esperado casamento.

As vestes, apresentações, desfiles e outras festividades, além de ensinarem às alunas a serem vistas, ajudam a compor a imagem daquilo que eram as alunas e suas famílias ou mesmo daquilo que pretendiam ser. Ao passo em que essa imagem era representada, as relações entre grupos construía-se de modo a delimitar aproximações ou distanciamentos. As festividades patrióticas caracterizam uma necessidade da época em garantir que fossem propagados saberes da identidade nacional, ao lado da ordem e disciplina bastante cobradas na formação cultural católica.

Nesse contexto, podemos entender que a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora com todas as suas idiossincrasias, de alguma forma contribuiu para compor a condição social e cultural das alunas que ali estudaram, privilegiaram a formação intelectual e a cultura geral necessária a moças daquela condição social privilegiada, em maior ou menor grau em cada período, sem deixar de lado os preceitos religiosos e morais que tanto preservavam.

Notas finais

Esse trabalho nos levou a perceber que os colégios confessionais católicos fizeram parte de um atrativo espaço de formação para moças das classes mais abastadas, pois veiculavam os saberes socialmente aceitos para seu gênero e classe, transmitindo valores e preceitos religiosos e morais, ao lado da formação cultural almejada.

No que diz respeito às práticas escolares, ao compararmos os estudos da Escola Normal privada com o que geralmente era oferecido pelas Escolas Normais oficiais, as quais seguiam as orientações legais, havia contrastes, como o acréscimo de cadeiras literárias (Francês e Inglês) em relação ao previsto na Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), expressão da valorização de conteúdos que pudessem ornamentar culturalmente as alunas daquele Colégio.

Além das constantes cobranças nessas disciplinas pelos saberes ancorados em exercícios de tradução e composição, havia a participação das alunas no Grêmio Literário do Colégio, no qual o objetivo era o contato com atividades literárias. O Grêmio incentivava a composição das alunas para publicação na **Revista Ecos Juvenis**, a qual reunia diferentes tipologias textuais e era divulgado no estado, assim como estimulava e organizava a participação das alunas nas festividades e eventos em comemoração a datas relevantes no Colégio ou nas ruas.

Eram cantos, poesias, apresentações teatrais, danças, ocasiões em que era possível mostrar os bons frutos das investidas educacionais à sociedade campo-grandense, costume considerado comum entre as escolas católicas, segundo Azzi (2008). As ex-alunas expressaram nos relatos que havia um grande incentivo por parte das Irmãs de que elas tivessem contato frequente com a leitura também na biblioteca do Colégio, o que complementava a formação literária que recebiam.

Todo esse aparato institucional e pedagógico contribuía para criar disposições culturais e a compor o *habitus* escolar, numa formação que ultrapassava os limites de estudos para a docência e conferia prestígio.

Referências

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 11 ed. São Paulo: Cortez. 2009. p. 39-57.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf de. **O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?** 1997. 212 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. 1997.

AZZI, Riolando. **As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história**. 3º volume. A expansão do Instituto (1942-1967). São Paulo: Salesiana, 2003.

AZZI, Riolando. **Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008.

BANDUCCI, Delma Monteiro; ALBERTINI, Maria Monteiro; MONTEIRO, Haydée. **No tempo do Auxiliadora**. Campo Grande na década de 1950. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. In: CUNHA, Francisco Antonio Maia da (Org.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Conclusão. Classes e classificações. In: BOURDIEU, P. **A distinção: a crítica social do julgamento**. 2 ed. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 434-447.

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2008.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530**, de 2 de Janeiro de 1946. Decreta a Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 14 nov. 2012.
- BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai. O caso de Dourados, Mato Grosso (Uno) 1940-1970. **Revista Educação, teoria e prática**, Rio Claro, v. 15, n.1, p. 1-26, jan./abr. 2012.
- CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n2/v25n2a12.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- MATO GROSSO, **Decreto-lei nº 742**, de 14 de novembro de 1959. Diário Oficial, Campo Grande.
- MATO GROSSO, **Decreto-lei nº 96**, 10 de setembro de 1931. Equiparação da Escola Normal Dom Bosco às Escolas oficiais do estado. 10 de setembro de 1931.
- MATO GROSSO. **Decreto Estadual nº 227**, 6 de fevereiro de 1946. Diário Oficial, Cuiabá do Estado de Mato Grosso, República dos Estados Unidos do Brasil, 29 de abril de 1946. Arquivo Histórico de Mato Grosso.
- PENTEADO, Yara. **Auxiliadora setenta anos**. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1996.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A renovação do currículo do Ensino Secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960). **Currículo sem Fronteiras**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1Irotwm>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- SOUZA, Rosa Fátima. Entre as ciências e as letras: a consolidação do currículo científico no ensino secundário (1950-1971). In: PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI Jr, Décio. **Tempo de cidade, lugar de escola**: história, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; MARTINS, Carlos Junior. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e a Revista Ecos Juvenis: educação e imprensa feminina no sertão mato-grossense (1937-1945). **Revista Ensaios**, v. 2, n. 4, 2010.

Fontes primárias

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Atas de solenidade de colação de grau normalistas (1953; 1955; 1956; 1958).

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Crônicas (1926-1959).

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Cópia do Decreto n. 227 de 6 fev 1946.

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Cópia do Decreto n. 11.470 de 3 fev 1943.

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Extrato dos Estatutos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Livro Atas e Relatórios do Grêmio Literário do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Pontos para a primeira prova parcial (1949).

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Pontos para a segunda prova parcial (1949).

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Programas Normal CNSA. 1959.

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Registros de Diplomas – curso normal (1933-1958).

COLÉGIO Nossa Senhora Auxiliadora. Trabalhos.